

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Painel: SIM, 55; NÃO, 07.

Abstenção, zero.

Sessenta e dois votantes.

Votaram SIM 55 Senadores.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidenta da República.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidenta Marta?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu gostaria que registrasse meu voto “Sim”. Senador Sérgio Petecão, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Está registrado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 1:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 225, DE 2011 – COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.408, de 2011)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 – Complementar, do Senador José Pimentel, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões: - de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e - de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ

A discussão da matéria foi encerrada na sessão do dia 24 de novembro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peço a V. Exª que registre o meu voto “sim” na votação anterior, uma vez que, por alguns minutos, eu me ausentei do plenário e perdi a votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O voto do Senador Aloysio Nunes é “sim”. Registrado.

Vamos, agora, a votação nominal.

Quem vai encaminhar essa votação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para informar que, nas votações anteriores, o meu voto foi “sim”.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Está registrado, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu gostaria só de um esclarecimento a respeito do projeto que trata da situação dos defensores. Está na pauta de hoje. Qual é o item da pauta, por favor?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Qual projeto?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Trata dos defensores públicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É este que vamos votar agora.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Obrigada. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, como ninguém se propôs a encaminhar, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, letra a, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação do projeto sem prejuízo da emenda.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exª, Presidenta Marta!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidenta, o PSB vota “sim”.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento. A Senadora Marinor está na frente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Antes da votação, pedi a palavra para me manifestar sobre o projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda não?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento. Não estou ouvindo a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu pedi a palavra para me manifestar sobre o projeto antes da votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Este que está em votação?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sim, este mesmo, Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª não quer falar durante a votação?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, queria falar logo agora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, está com a palavra.

V. Exª vai encaminhar pelo PSOL?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Querida, antecipadamente, dizer que o voto do Partido Socialismo e Liberdade é pela aprovação do projeto, sobretudo porque o projeto visa a adequar a Lei de Responsabilidade Fiscal à nova realidade de autonomia financeira e orçamentária das Defensorias Públicas dos Estados, assegurada pela edição da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que implementou a reforma do Judiciário.

O autor do projeto, quando se manifesta na sua justificativa, Senadora Marta, diz que as Defensorias Públicas Estaduais terão os recursos necessários e suficientes para se organizar e se manter, para não tolher nem frustrar o exercício de sua autonomia, ao mesmo tempo garantindo a responsabilidade com a gestão fiscal.

Eu fiz questão de falar sobre isso, Senadora, porque nós temos um problema muito sério no Brasil: falta de autonomia financeira em relação ao Ministério Público, à Defensoria e ao Poder Executivo, o que tem gerado um grande problema político e de falta de atenção aos deveres constitucionais desses segmentos não na sua totalidade, mas em grande parte.

Historicamente, no meu Estado, a estrutura da Defensoria e parte do Ministério Público têm servido muito mais de extensão do Poder Executivo do que propriamente para atuar no cumprimento dos deveres constitucionais, que é garantir...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora, V. Exª está encaminhando outro projeto.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós estamos votando a gestão fiscal.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É o 225. Não é o Projeto nº 225?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o Projeto nº 225. Mas a referência é finanças públicas.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, o conteúdo da minha fala é da minha autonomia, Exª. Eu estou falando dentro do conteúdo do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem, vamos lá.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu estou inclusive justificando... Eu estou com a palavra!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Desculpe-me.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu estou justificando a importância de votar a favor desse projeto de lei para que as Defensorias Públicas Estaduais tenham autonomia para exercer o seu papel constitucional. Eu estou dizendo que a falta de autonomia, historicamente, tem tornado as Defensorias Públicas e os Ministérios Públicos, no caso do Pará, uma extensão, uma secretaria de extensão do Executivo. Então, está dentro do debate do projeto.

O PSOL encaminha o voto favorável ao Projeto de Lei nº 225, de 2011.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O PSOL encaminha favoravelmente.

Eu vou abrir o painel para esta votação. É uma votação que precisa, para sua aprovação, de maioria absoluta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nós estamos votando o projeto da Defensoria Pública?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está dentro das finanças públicas. É o 225.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Estamos orientando bancada, não é isso? V. Exª abriu a palavra para orientação de bancada?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Abri.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, o DEM vota “sim”, Srª Presidente. O DEM vota com a Defensoria Pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, para encaminhar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, o projeto é importante para oferecer à De-

defensoria Pública condições de realizar um trabalho com eficiência. E nós votamos favoravelmente, porque não altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se alterasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, teríamos dificuldade, porque deve ser preservada. É uma conquista da sociedade brasileira a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, o PSDB vota “sim”.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O painel está aberto, Srªs e Srs. Senadores, o voto é maioria absoluta. Pediria para que iniciassem a votação, enquanto fazemos os encaminhamentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Srª Presidente, pela Liderança do Governo, quero também encaminhar favoravelmente. Fizemos um acordo para que votássemos na data de hoje.

É importante alertar às Srªs e aos Srs. Senadores para o fato de que esse é um projeto de lei complementar. É preciso haver 41 votos “sim”. Portanto, é importante a presença de cada Senadora, de cada Senador no plenário, votando essa matéria. Vamos encaminhar favoravelmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, quero ratificar o apoio de toda esta Casa a um projeto tão importante, que dá continuidade, sem dúvida alguma, a uma lei que foi aprovada pelo Senado Federal, que diz respeito à reforma do Judiciário e que inclui entre os instrumentos principais de democratização da Justiça, de acesso à Justiça, o fortalecimento da Defensoria Pública.

O voto do PSB, do Partido Socialista Brasileiro, é “sim”.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidenta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Srª Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidenta, o Partido dos Trabalhadores...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Petecão estava com a palavra antes. O senhor me desculpe.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidenta Marta, queria parabenizar o Senador Pimentel pela autoria do projeto. Entendemos que o projeto é de fundamental importância para fortalecer o trabalho das Defensorias em nosso País, principalmente no meu Estado do Acre.

Em nome do PSD, queremos declarar nosso apoio. Meu voto e o da Senadora Kátia Abreu é em favor desse projeto tão importante para o País.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – PSC. O Senador Amorim está inscrito antes. Um momentinho.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, o PSC, com muita consciência e com muita convicção, entende que ser defensor neste País é como ser médico unicamente do SUS. É quem defende o mais pobre, os mais fragilizados.

Então, o voto do PSC é “sim”, com muita consciência.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Amorim.

Senador Eunício.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E parabenizar o Senador Pimentel pela relatoria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Eunício, depois Senador Vital e depois a Senadora Vanessa. Depois a gente continua. Um momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Presidente, a senhora está discriminando a liderança do Partido...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Srª Presidente, a Liderança do PMDB é favorável à matéria. Tive o privilégio de ser o Relator. O Senador José Pimentel foi o autor e eu tive o privilégio de avocar essa matéria, como Presidente da CCJ, e de ser o Relator na CCJ.

Essa matéria, como disse o Senador Romero Jucá, precisa de 41 votos. Portanto, convido a Bancada do PMDB a se fazer presente aqui, no plenário, para votar essa importante matéria dos defensores públicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pelo PMDB.

Só quem sabe o trabalho da Defensoria Pública é quem precisou dela. E os pobres têm como único e último recurso para valer o seu direito o trabalho do defensor público.

Por isso, o PMDB, unanimemente, vota “sim” ao projeto, Srª Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, para encaminhamento pelo PT.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Vanessa, depois Mozarildo e depois Moka.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senadora Marta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu quero aqui, em nome do nosso Partido, o PCdoB – o Senador Inácio já está chegando –, cumprimentar o Senador Pimentel pelo projeto apresentado, mas cumprimentar sobretudo os defensores e as defensoras públicas do Brasil que aqui estão.

Nós não apenas os estamos valorizando, mas estamos valorizando, como disse o Senador Vital, o povo brasileiro, aqueles que não têm acesso à Justiça, porque não têm direito a um advogado.

Damos um grande passo hoje para fortalecer a Defensoria Pública. Hoje é um dia histórico para eles, para elas e para o povo brasileiro.

Muito obrigada, Senadora Marta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Senador Mozarildo; depois Senador Moka.

Todos vão falar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr^a Presidente, eu quero, por deferência do Líder do meu Partido, dizer que o PTB recomenda o voto “sim”.

E quero inclusive, pessoalmente, dizer: eu tive um sobrinho, defensor público, que faleceu recentemente em Roraima, vítima de um acidente. Sei do trabalho que a Defensoria Pública faz em muitos Estados, notadamente no meu, que é um Estado pobre. E lamento que ainda em alguns Estados ricos não haja Defensoria. Diz-se muito neste País que só quem vai para a cadeia é pobre. Mas, se pobre vai para a cadeia por falta de advogado, a culpa é do Governo, nos diversos níveis, que não mantém uma Defensoria, portanto, autônoma e atuante.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Senadora Ana Amélia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr^a Presidente!

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Senador Moka e, depois, Senadora Ana Amélia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Marta Suplicy, eu quero, ao declarar meu voto “sim”, dizer o seguinte: a magistratura tem autonomia, o Ministério Público tem autonomia, a Defensoria tem que ter autonomia, porque, dessa forma, o tripé do Poder Judiciário fica completo. Eu acho que isso é muito justo, e é importante que se fortaleça cada vez mais a Defensoria neste País.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Moka.

Senadora Ana Amélia, depois Senadora Lúcia Vânia, Senador Suplicy, depois Wellington.

A SR. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Presidente Marta Suplicy, é com muito orgulho que faço a declaração de voto também pelo Partido Progressista, em nome do nosso Líder, Francisco Dornelles, em favor deste projeto e em homenagem a excelente Defensoria Pública do meu Estado, o Rio Grande do Sul, reconhecendo o valor de todos os Estados, mas, como sou Senadora gaúcha, tenho que reconhecer o trabalho social e de justiça realizado pela Defensoria Pública do meu Estado.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Senadora Lúcia Vânia. Depois, Senador Suplicy.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria também, a exemplo do que fez os demais Senadores, cumprimentar o nosso Relator pelo seu brilhante trabalho, pela sua paciência, dedicação e dizer que este projeto vem reforçar essa importante instituição que tem prestado ao País um excelente trabalho, principalmente para a população mais carente.

Portanto, está de parabéns o nosso Relator, está de parabéns esta Casa, estão de parabéns principalmente os defensores públicos do País.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidenta, quero também cumprimentar o Senador José Pimentel pelo excelente trabalho e dizer da importância da Defensoria Pública para que aquelas pessoas com menores recursos possam ter o devido direito à Justiça, à realização de justiça em nosso País, sobretudo também dizer como esse projeto vai possibilitar, em nosso próprio Estado de São Paulo, que os defensores públicos possam realizar o seu trabalho com melhores condições.

Meus parabéns!

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Para organizar: Senadores Wellington, Benedito, Aécio e Rollemberg.

Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, oriento o voto “sim” à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Quero aqui ressaltar a capacidade de diálogo do Senador Pimentel, nosso Relator. Havia muita diver-

gência em relação a esse projeto, e foi construída uma proposta que garante condições para a implementação dessa autonomia, sem causar embaraço aos Estados.

Falo, aqui, como quem foi Governador e trabalhou muito a expansão da Defensoria Pública no Estado. Saúdo, inclusive, a nossa Defensora Pública-Geral, Dr^a Norma, e peço a toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a toda a base do Governo e a todos da oposição o voto “sim” pela aprovação dessa proposta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Wellington.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar, em primeiro lugar, o Senador Pimentel pelo trabalho extraordinário que fez na relatoria desse projeto.

Além do mais, Sr^a Presidente, tive um privilégio, porque, naquela oportunidade, o Senador Pimentel me pediu para que eu me tornasse Relator de uma emenda que estabelecia o valor percentual que teriam as Defensorias no orçamento de cada Estado brasileiro.

Eu tenho a satisfação de, aqui, neste momento, cumprimentar todos os defensores públicos do Brasil e ao mesmo tempo falar da minha alegria em ter tido a oportunidade de defender 2% do orçamento de cada Estado, para que as Defensorias Públicas realmente tenham não somente autonomia, mas a ampliação dos seus quadros, para melhor atender aos pobres do meu Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Senador Aécio Neves.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem também, Sr^a Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, mais uma vez, reiterar a posição do PSDB, favorável a esse projeto, mas os defensores públicos de todo Brasil, que há algumas semanas acompanham a votação desse projeto, compreendem, com as múltiplas manifestações de todos os partidos e regiões, a importância que tem a Defensoria Pública para os brasileiros.

Presidente Marta, eu fui Governador do meu Estado de Minas Gerais por oito anos e iniciamos ali o processo de recuperação da Defensoria Pública. Mas não é um projeto que atende apenas aos defensores; atende aos defensores e, a partir deles, à grande parcela da população brasileira, que tem apenas e exclusivamente nos defensores públicos a esperança de ver a justiça lhes ser feita.

Portanto, com a alegria enorme de alguém que soube ser parceiro ao longo de oito anos e que agora compreende que o esforço dos defensores públicos brasileiros passa a ter o resultado que aguardávamos, quero cumprimentar todos pela mobilização. Permito-

-me fazê-lo por meio de Andréa Tonet, nossa Defensora Pública-Geral de Minas Gerais, saudando, por intermédio dela, os defensores públicos do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem também, Sr^a Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senadora Marta!

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou pedir aos Senadores e às Senadoras para não saírem, porque, depois, haverá uma votação nominal nessa matéria.

Vou ler a lista dos inscritos: Rollemberg, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Lídice, Anibal e Magno Malta.

Quem mais que não foi citado e que vai...?

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senadora Marta, eu tinha solicitado a inscrição.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É a última.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senadora Marta, eu quero cumprimentar todos os defensores públicos de todos os Estados brasileiros que nos honram com suas presenças hoje aqui nesta Casa.

Entendo que o Senado hoje toma uma decisão da maior importância, que é a de facilitar o acesso à Justiça às pessoas mais necessitadas, às pessoas que não têm condições de pagar advogado. O Senado hoje vai ao encontro da vontade da população brasileira, especialmente da população mais pobre do País, que tem nos defensores públicos os seus grandes defensores.

Quero cumprimentar o Senador Pimentel, o Senador Eunício, pelo trabalho realizado, e todos os Senadores, todas as lideranças partidárias que mostraram que esse assunto está acima de qualquer diferença partidária e é um assunto que atende aos interesses do conjunto da população brasileira.

Parabéns a vocês. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Consulto o Plenário se podemos abrir o painel e começar a votação da emenda. *(Pausa.)*

Todos concordam.

Então, vamos abrir o painel.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Estamos de acordo, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrada a votação, começamos a próxima. Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR**

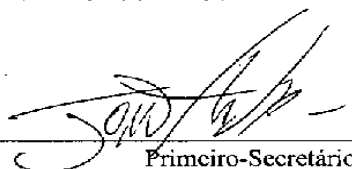
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, QUE ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 2 Abertura: 29/11/2011 17:24:35
Data Sessão: 29/11/2011 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 29/11/2011 17:37:01

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM	PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM	PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM	PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM	PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM				
PT	ES	ANA RITA	SIM				
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM				
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM				
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PR	MS	ANTONIO RUSSO	SIM				
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM				
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	NÃO				
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM				
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM				
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM				
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM				
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM				
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PP	RO	IVO CASSOL	NÃO				
PMDB	PE	JARBÁS VASCONCELOS	SIM				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM				
PT	AC	JORGE VIANA	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM				
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM				
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	NÃO				
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM				
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM				
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM				
PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO				
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM				
PMDB	RR	ROMÉRO JUCÁ	SIM				
PSD	AC	SÉRGIO PETÊCAO	SIM				
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM				

Presidente: MARTA SUPLICY

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 04 Total : 61
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – SIM, 57 SIM; 04, NÃO.

Zero abstenção.

Total: 61.

Aprovada. (*Palmas.*)

Votação nominal novamente. (*Palmas.*)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos encerrar esse painel; vamos abrir outro painel e continuamos a lista dos ..

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Vamos votar... A segunda votação é a emenda com parecer favorável ou contrário, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É a Emenda de redação nº 1, da CCJ e da CAE.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim.”

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Portanto, vamos ter uma emenda de redação. Tem que ser nominal também. Nós vamos encaminhar o voto “sim”.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora com a palavra o Senador Walter Pinheiro. O painel está aberto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, por conta dessa confusão do painel, terminei não votando na primeira.

Mas eu quero registrar aqui mais do que o apoio de todos nós. Eu quero dizer da proeza dessa emenda a partir do papel que a Defensoria tem e a importância desse projeto para fazer o atendimento principal, que é exatamente a esfera da Justiça que mais se aproxima dos que mais precisam da Justiça. Portanto, é a esfera mais importante pela sua capilaridade e pelo atendimento àqueles que, se não fosse a Defensoria, jamais chegariam à esfera do direito mais elementar, que é ter o direito à justiça.

Portanto, a nobreza deste momento é muito importante, não só para o Parlamento, mas principalmente para o belíssimo e importante trabalho que fazem os defensores públicos pelo País inteiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Inácio Arruda.

O Senador Cícero quer declarar voto?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Apenas, Senadora Marta, para registrar o meu voto “sim” na votação anterior.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está registrado Senador.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda, depois a Senadora Lídice, Anibal, Magno...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero destacar

primeiro a iniciativa do nosso Senador Pimentel, que está acompanhando a votação ao lado da Presidente, e do nosso Senador Eunício Oliveira, do nosso Relator ali na Comissão, Benedito de Lira, e Eunício Oliveira, porque trabalharam em conjunto na preparação do acordo político que permitiu a votação em tempo recorde, digamos assim, para atender a um trabalho extraordinário feito pelos defensores públicos em todo o Brasil.

Essa é uma demanda antiga, uma luta antiga dos defensores, uma conquista importante, porque os defensores miraram no interesse da população. Alguns Estados, grandes Estados, ainda são desassistidos de uma Defensoria como carreira pública em nosso País. Então, é preciso que, a partir dessa conquista, também alcancemos carreiras de defensores públicos em alguns Estados. Acho que o parâmetro está dado, acho que é uma grande vitória, vitória no campo social.

Disse, na minha comissão, que, como dirigente de comunidades de bairro no meu Estado, muitas vezes nos socorremos, em quase tudo, da Defensoria Pública e do Ministério Público, mas a Defensoria foi sempre a primeira porta que batemos para defender os interesses dos mais humildes, dos mais pobres e dos mais carentes do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senador Inácio Arruda.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, depois Anibal, Magno, Agripino e Renan.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidente, também como os outros, quero parabenizar o Senador Pimentel, o Senador Eunício – com o Senador Pimentel nós tivemos a oportunidade de debater, na comissão, a luta da Defensoria – e os defensores. Aqui especialmente saúdo os defensores da Bahia. Tive a oportunidade de acompanhar essa luta desde os primórdios da instalação da Defensoria Pública baiana. Parabéns a todos. Ganha, neste dia, o povo brasileiro e aqueles que mais precisam do apoio da Justiça em nosso País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senador Lídice da Mata.

Com a palavra o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quero, somando-me a todos os Senadores que me deram essa bonita vitória aos defensores do Brasil, dizer que mais uma vez me sinto orgulhoso por estar no Senado Federal e poder contribuir com os advogados dos pobres. Tenho certeza de que os defensores do Acre estão nos acompanhando pela TV Senado e, certamente, estão felizes com essa vitória, graças ao trabalho brilhante do nosso Senador Pimentel e do nosso Senador Eunício Oliveira.

Parabéns a todos os defensores do Brasil! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Anibal.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Srª Presidente, este é um momento absolutamente importante. Falo em nome da Defensoria do meu Estado. Alguns defensores estão aqui peregrinando há muito tempo, Senador Eunício, na esperança de que Deus desse entendimento a V. Exª e ao Senador Pimentel para que construíssem o melhor texto a ser votado para reparar uma injustiça.

A medir pelos defensores do meu Estado, a Defensoria Pública do Brasil, que milita a causa daquele que nada tem, o interesse daquele que nada pode pagar, sofre uma injustiça porque é uma classe que, onde é bem tratada, onde o Governo tem cuidado com ela, vai mais ou menos, mas, onde os Governos não têm cuidado, trabalha de forma muito precária. Então, o que se vota hoje aqui repara uma injustiça ao longo desses anos com os defensores públicos do Brasil. Por isso, abraço os defensores do meu Estado.

Lembro que meu Partido reunido, eu, o Senador Alfredo e o Senador Clésio, Senadores de Amazonas e de Minas Gerais, decidia que, qualquer que fosse o texto no interesse dos defensores do Brasil, estaríamos solidários, enquanto Partido, Senador Pimentel, e é o que acontece hoje aqui.

Parabéns pelo texto!

Parabéns a vocês, defensores do Brasil inteiro!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, Senador Wellington Dias, na votação do Embaixador do Congo, acompanha a votação da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª Presidente, em 1991, eu era governador e tive oportunidade de criar a Defensoria Pública do meu Estado, pioneira. Era um ramo da Procuradoria-Geral do Estado. Eu entendia que o desvalido tinha direito de ter advogado e criei. Criei e criei uma afinidade muito forte com a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte. Há poucos dias, estive presente em um encontro nacional, em Natal, e tive oportunidade de externar o meu pensamento.

Vou votar com todo o entusiasmo nessa matéria, cumprimentando o relator pelo belo trabalho aqui feito. Em nome do desvalido do Brasil, de quem não tem dinheiro para pagar as custas de um advogado, voto com muita alegria essa matéria beneficiando a Defensoria Pública do Brasil. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Agripino Maia.

Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Srª Presidente, em primeiro lugar, quero recomendar à Bancada do PMDB o voto favorável a essa Emenda

nº 1, emenda complementar ao importante projeto que acabamos de votar aqui no Senado Federal.

O Senador Eunício, Relator da matéria, também aqui, em nome da liderança do partido, recomendou o voto favorável.

Este projeto é fundamental para que a gente possa democratizar, ampliar o acesso à Justiça, sobretudo das camadas mais pobres da nossa população.

De modo que eu queria cumprimentar o Senador Pimentel, o Senador Eunício Oliveira e os defensores do Brasil.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidente, apenas para registrar o meu voto “sim” no projeto principal anterior sobre a defensoria pública. Eu falei a favor, mas deixei de registrar o meu voto eletronicamente. Então, peço a gentileza de registrar “sim”.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Wellington Dias também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já está registrado, Senador Suplicy.

Vou ler os inscritos para ver se não estamos pulando alguém. Senador Pimentel, Senadora Marinor, Senador Crivella, Senador Randolfe agora, Senador Cunha Lima, Senador Petecão, estava antes até.

V. Exª quer declarar voto ou falar?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, Wellington Dias também acompanhou a votação da liderança do PT na Embaixada do Congo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Pela Bancada do PSD.

Queremos declarar, mais uma vez, o apoio ao projeto. A Bancada do PSD vota também com a emenda que faz justiça aos defensores públicos do Brasil, principalmente do Estado do Acre.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Pimentel. Depois, a Senadora Marinor, o Senador Crivella e o Senador Gim Argello.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Senadora Marta Suplicy, que preside esta sessão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer aos nossos Pares, às nossas Senadoras, aos nossos Senadores, pela sua posição em defesa dos mais pobres do Brasil, em defesa daqueles que precisam da Justiça gratuita, tendo clareza de que o Estado nacional, quando é para fazer acusação do cidadão, oferece todos os meios. Agora, com a construção e a estruturação da nossa defensoria pública, também estamos assegurando ao Estado a sua obrigação de fazer a defesa dos mais pobres, daqueles que precisam da proteção do Estado.

Quero começar saudando a Srª Andréa Abritta Garzon Tonet, que é a Presidenta do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais do Brasil, o Sr. André Luís Machado de Castro, que é o Presidente

da Associação Nacional dos Defensores Públicos, e em nome dele saudar essa categoria que não mede esforços pra trabalhar, para se dedicar, e defender aqueles que não podem contratar bons escritórios de advocacia, aqueles que têm menor posse e que precisam da defesa do Estado.

Eu quero registrar o trabalho da Defensoria Pública no nosso Estado do Ceará, do nosso Senador Eunício de Oliveira, do Inácio Arruda e do José Pimentel, autor do projeto. Com aquela experiência, Eunício, nosso Senador, foi que V. Ex^a colocou, em seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o atesto ao excelente trabalho prestado ao Estado, que é o mesmo em todo o território nacional.

Por isso, Sr^a Presidenta, eu venho aqui abraçar as direções nacionais dos defensores públicos e dizer que o Brasil deve muito a essa categoria. E, agora, com o reconhecimento, a regulamentação do direito à iniciativa de orçamento, à autonomia financeira e administrativa, eles poderão trabalhar muito mais. Não tenham dúvida, nossos defensores, de que a sociedade brasileira vai continuar cobrando e acreditando no trabalho que vocês fazem e o Senado, nesta parte da tarde, nada mais faz do que reconhecer o direito que vocês tem.

Portanto, parabéns pela mobilização e parabéns ao Senado Federal, sem esquecer de que agora vamos à Câmara Federal fazer o mesmo trabalho para que a gente conclua essa votação e feche um ciclo que se iniciou com a Emenda Constitucional nº 45, que alterou a Constituição, passou pela Lei Complementar nº 132, que ampliou as funções e, agora, está assegurando autonomia administrativa, financeira e orçamentária para essa importante categoria.

Muito obrigado pelo apoio que tem dado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero fazer uma consulta ao Plenário.

Nós temos que votar o Código Florestal e temos vários inscritos. Então eu pediria a compreensão no seguinte sentido: se nós poderíamos votar o código agora e, depois da votação do Código, os que ainda estão inscritos – a Senadora Marinor, que já se pronunciou, o Senador Crivella, que ainda não se pronunciou, o Senador Gim Argello, que não se pronunciou, o Senador Cássio, acho que não se pronunciou – se poderiam fazer esse pronunciamento depois, porque está diminuindo o quórum...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, Senadora, não tenho o menor interesse de abrir mão da minha fala. Quero exercer o meu direito.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu tenho certeza de que não, só estou pedindo a compreensão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr^a Presidente, quero consignar meu voto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Na votação do projeto da defensoria, eu só quero corrigir que a votação é “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Quero consignar meu voto, Sr^a Presidente, voto “sim”. Estava atendendo o Prefeito de Friburgo no meu Gabinete.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente, só gostaria de registrar o meu voto “sim” também na primeira votação – estávamos numa agenda no Ministério do Planejamento – e parabenizar os defensores públicos do Brasil.

Esse projeto foi votado na Comissão de Assuntos Econômicos, relatado brilhantemente pelo Senador José Pimentel. Mato Grosso do Sul é um dos pioneiros na defensoria pública, e foi uma grande vitória dos defensores e, acima de tudo, da cidadania no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Marinor, como V. Ex^a não abre mão, V. Ex^a tem dois minutos para fazer seu pronunciamento.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Tenho o tempo regimental, Excelência, para fazer uso da...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não tem tempo regimental para encaminhamento.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem dois minutos...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, é emenda, é emenda, encaminhamento de emenda, Excelência.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...depois, dois minutos para Crivella e dois minutos para Cássio.

V. Ex^a tem dois minutos, Senadora.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É encaminhamento de emenda, Senadora Marta Suplicy, não tenho culpa da pressa do Governo. Estou no meu tempo e quero exercer o meu tempo dentro do Regimento.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O seu tempo está acontecendo, Senadora.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria dizer a V. Ex^a, Senadora Marta, que não é a primeira vez que...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a já se pronunciou e está tendo os seus dois minutos.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pronunciei-me no projeto, estou me pronunciando na emenda, tenho direito.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Todo o direito, Senadora, fale.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Se V. Ex^a continuar interferindo na minha fala, não vou conseguir mais continuar sendo gentil e cordata como sempre fui com V. Ex^a.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Fale, Senadora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço paz às mulheres.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Porque fica difícil. Ainda agora, V. Exª interferiu dizendo que eu não estava falando dentro do conteúdo, quando eu estava falando dentro do conteúdo; agora, V. Exª quer cercear o meu direito de falar na emenda.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Marinor...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É tão raro, Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...tenho o maior respeito por V. Exª.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois é, então, vamos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi uma intervenção inadequada naquele momento. V. Exª tem a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...vamos consolidar esse respeito na relação...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Use a palavra, por favor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...democrática no Regimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Use a palavra, por favor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Se V. Exª me permitir.

Inscrevi-me de novo porque é muito raro, desde que cheguei a esta Casa, Senador Demóstenes, ver um projeto de interesse público que favorece e melhora as condições de trabalho dos servidores públicos neste País ser aprovado, e ser aprovado desta forma, por unanimidade, com a manifestação política explícita de cada Senador, de cada bancada. Acho essencial reafirmar que o papel do Senado Federal é criar condições, através dos projetos de leis e não das medidas provisórias,...

(Interrupção do som.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... a construção de condições ideais em perspectivas dos servidores públicos que são os únicos neste País que têm garantido, minimamente, o atendimento ao povo brasileiro.

Então, parabéns! É inédito o servidor público ter garantido aqui a aprovação de um projeto que vai melhorar as suas condições de trabalho. Então, os servidores públicos das Defensorias de todo o Brasil estão de parabéns. O PSOL tem orgulho de participar da aprovação do Projeto de Lei. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Marinor Brito.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, apenas quero dizer que o PRB, com muita alegria, vota favoravelmente ao Projeto e à Emenda, por entender que a Defensoria Pública do nosso País é uma das instituições mais consagradas diante da opinião pública e respeitadas no Parlamento brasileiro. Hoje, eles estão conquistando o que já havia no Ministério Público e na Justiça, que é sua autonomia administrativa e financeira.

Faço votos de que o povo brasileiro possa encontrar na Defensoria Pública os seus direitos, a sua dignidade, a sua representação honrada e a competência, no sentido de verem satisfeitos os seus anseios.

Parabéns a toda a Defensoria Pública brasileira, sobretudo à honrada Defensoria do meu Estado do Rio de Janeiro!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella.

Peço a compreensão dos Senadores Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues, para que façam pronunciamentos breves, a fim de que possamos votar o Código.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy, a gentileza de toda vez pela cessão da palavra e pela cortesia de sempre. Quero apenas somar o meu depoimento neste instante, em nome do meu Partido, o PSDB, que também votou favoravelmente à PEC e à Emenda que fortalecem a nossa Defensoria Pública, concedendo-lhe autonomia orçamentária e autonomia administrativa. Eu o faço na condição de ex-Governador da Paraíba. No exercício do meu mandato, pude implantar ações concretas de fortalecimento de nossa Defensoria Pública, a exemplo do que fizemos com a Universidade Estadual da Paraíba, que conquistou a sua autonomia, num gesto pioneiro dentro da educação pública superior do nosso País.

Portanto, neste instante, somo a minha palavra, a palavra do meu companheiro de Bancada Senador Cícero Lucena, que também votou favoravelmente.

Minhas felicitações a todos os defensores públicos do Brasil, de forma muito especial aos defensores públicos do Estado da Paraíba! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cássio Cunha Lima.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, vou ser breve e lhe garanto que não é por conta do Código, sobre o qual tenho uma questão de ordem a apresentar, mas o farei posteriormente.

Eu não poderia deixar de destacar o papel da Defensoria Pública, consagrado na Constituição de 1988. Eu até acredito que as Defensorias Públicas de-

veriam ser consagradas no dispositivo da Constituição que as trata como função essencial para a Justiça. A Justiça e o exercício da justiça são uma necessidade fundamental do cidadão tanto quanto o são educação, saúde e segurança pública. Ter direito à ampla defesa é uma necessidade fundamental.

Portanto, nada mais justo do que homenagear esses trabalhadores, esses servidores, aprovando

essa matéria no dia de hoje, a qual vem, em especial, valorizar a função dos defensores públicos no Brasil. E, por conta disso, estamos votando favoravelmente ao projeto original. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Está encerrada a votação no painel.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº1-CCJ/CAE AO PLS Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR

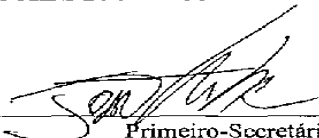
Num.Sessão: **1** Num.Votação: **3** Abertura: **29/11/2011 17:37:53**
 Data Sessão: **29/11/2011** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **29/11/2011 17:57:32**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PR	MS	ANTONIO RUSSO	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUP LICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PDT	BA	JOÃO DÜRVAL	SIM
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÚDICE DA MATA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TACUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECAO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM

Presidente: MARTA SUP LICY

Votos SIM : **61**
 Votos NÃO : **01** **Total : 62**
 Votos ABST. : **00**


 Primeiro-Secretário

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT –
SP) – SIM, 61; NÃO, 1.
Abstenção: 0.
Total: 62 votos.

Aprovado.

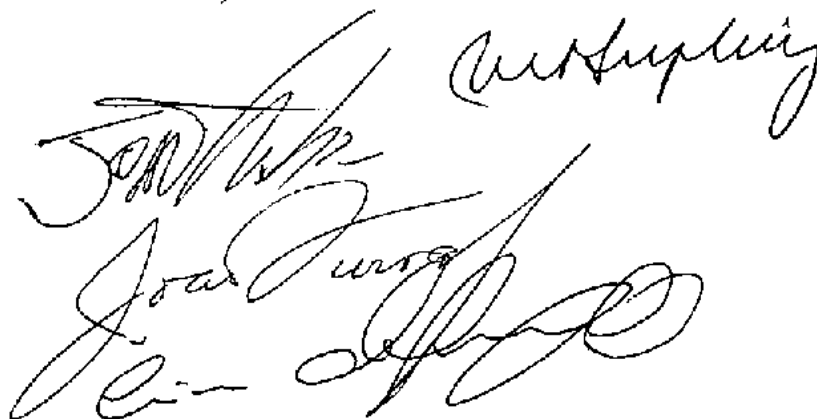
É o seguinte o parecer oferecendo a re-
dação final:

PARECER Nº 1.319, DE 2011 (COMISSÃO DIRETORA)

Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 225, de 2011 –
Complementar.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 – Complementar, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 29 de novembro de 2011.



ANEXO AO PARECER Nº 1.319, DE 2011.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 9º, 12, 20, 52, 54, 56, 59 e 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 3º

I -

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo – neste abrangidos os Tribunais de Contas – o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados;

.....” (NR)

“Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....” (NR)

“Art. 12

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.” (NR)

"Art. 20.

II --

c) 47% (quarenta e sete por cento) para o Executivo;

e) 2% (dois por cento) para a Defensoria Pública dos Estados;

§ 2º

IV – a Defensoria Pública dos Estados.

....." (NR)

"Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal abrangerá todos os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados, será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

....." (NR)

"Art. 54.

V – Chefê da Defensoria Pública dos Estados.

....." (NR)

"Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e as dos Chefes do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

....." (NR)

"Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

....." (NR)

"Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de governo, do Ministério Público, da Defensoria Pública dos Estados e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

....." (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 73-D:

“Art. 73-D. São estabelecidos os seguintes prazos para a repartição dos limites globais da despesa com pessoal prevista nas alíneas “c” e “e” do inciso II do art. 20:

I – nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida do Estado, esse percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, sendo que a diferença de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) será reduzida em, no mínimo, um quinto por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

II – nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for igual ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) e inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Estado, esse percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, sendo que a diferença de 1% (um por cento) será reduzida em, no mínimo, um quinto por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

III – nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida do Estado, esse percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, sendo que a diferença de 0,5% (cinco décimos por cento) será reduzida em, no mínimo, um quinto por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

IV – nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for igual ou superior a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), vigorará o limite de 2% (dois por cento) no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo.

Parágrafo único. O não atendimento das determinações contidas neste artigo dentro de cada um dos prazos nele referidos sujeita o Estado à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.”

Art. 3º Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos desta Lei Complementar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em discussão a redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns aos defensores públicos por essa belíssima vitória!

Quero cumprimentar o Senador José Pimentel pela autoria desse projeto, que muito bem vai fazer ao Brasil; o Relator, Senador Eunício, que fez uma brilhante relatoria; e os defensores públicos de nosso País.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem, apenas para consignar meu voto a favor do nosso Embaixador da Coreia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está registrado o voto de V. Exª, Senador Crivella.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Item 2 não está instruído.

Passa-se aos demais itens da pauta.

Agora, vamos passar ao Projeto de Lei da Câmara nº 56.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Qual é o projeto? A senhora pode repetir?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espere um minuto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente. Há um entendimento de lideranças para que não votemos nada além dos dois requerimentos. Falo do requerimento de urgência e de outro requerimento do Senador Romero Jucá. E, amanhã, votaremos apenas o Código Florestal. Há um entendimento de todos os líderes nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem! Então, vamos votar...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mudou o item, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço-lhe um momento, Senadora. Aqui, estamos resolvendo o que o requerimento manda que seja votado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quem é o autor do requerimento, por favor?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero fazer uma consulta ao Plenário. Há um entendimento em torno do Requerimento nº 120, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Peço a palavra para uma questão de ordem também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Primeiro, pergunto a V. Exª, Srª Presidente, se é esse requerimento que V. Exª vai colocar em apreciação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vai se votar agora o requerimento de urgência do Código Florestal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Então, peço a palavra para uma questão de ordem. Suscito o art. 403 do Regimento Interno.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Srª Presidente, gostaria de me inscrever para encaminhar a favor do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Antes, eu pedi a palavra para uma questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há uma questão de ordem a ser apresentada, primeiro.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Solicito a palavra para apresentar uma questão de ordem, depois do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, suscito o art. 403 do Regimento Interno para apresentar uma questão de ordem à Mesa. Quero fazer essa questão de ordem fundamentado no art. 339, inciso II, do Regimento, combinado com o art. 340, inciso II, e com o art. 341, inciso I, ambos do Regimento. Passo a fazer a leitura desses artigos, *ipsis literis*, para V. Exª.

O art. 339 do Regimento diz o seguinte: “Art. 339. O requerimento de urgência será lido: [...] II – nos demais casos, no Período do Expediente”.

O art. 340 do Regimento segue dizendo: “Art. 340. O requerimento de urgência será submetido à deliberação do plenário: [...] II – após a Ordem do Dia no caso do art. 336, II”.

O art. 341, inciso I, do Regimento diz: “Art. 341. Não serão submetidos à deliberação do Plenário requerimentos de urgência: I – nos casos do art. 336, II e III, antes [aqui, quero destacar para V. Exª] da publicação dos avulsos da proposição respectiva”.

Essa questão de ordem é fundamentada, Srª Presidente, porque, em relação a esse requerimento, não ocorreu pelo Plenário o cumprimento desse rito que